

LEITURAS MOÇAMBICANAS

Feliciano de Mira*

Há livros que mantêm a sua actualidade independente do ano da edição. Num momento em que a segunda guerra civil se reacendeu em Moçambique e o líder da Renamo-Resistência Nacional Moçambicana Afonso Dhlakama, o maior partido da oposição, se encontra nas matas da Serra de Gorongosa com os seus guerrilheiros, os dirigentes políticos da Frelimo – Frente de libertação de Moçambique, que tem assegurado a sua hegemonia no poder, mantém um rasto de apropriação ilegítima dos recursos colectivos, pelo que justifica-se lembrar duas edições sobre Moçambique e divulgar-las no Brasil, onde os estudos africanos ainda apresentam grandes carências informativas.

1. Fauvet, Paul et Mosse, Marcelo. É Proibido por Algemas nas Palavras (Ndjira, Maputo, 2004, 453 pp) .

O livro é dedicado à figura do jornalista moçambicano Carlos Cardoso barbaramente assassinado a mando das forças mais retrógradas da sociedade moçambicana. A utilidade do seu conteúdo é encorajador para motivar os jornalistas a participarem cada vez mais na redacção e clarificação da história de Moçambique. É necessário complementar, questionar e contrapor as edições históricas com a criação de novos escritos; a história moçambicana na

escrita dos jornalistas tem-se revelado mais objectiva nos compêndios oficiais ou institucionalizados. No caso deste livro fica mais uma vez demonstrado que os jornalistas podem sistematizar os seus trabalhos e passarem a perna aos intelectuais normativos das instituições universitárias. O livro segue uma linha expositiva com mestria, ligando os momentos históricos, com as coordenadas de vida de Carlos Cardoso que teve a felicidade de participar em vários desafios moçambicanos. Dessa síntese retiram-se bons contributos historiográficos, enriquecidos pela

*Doutor em Socio-Economia do Desenvolvimento pela EHESS – École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Doutor em Sociologia Económica e das Organizações pelo ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Mestre em Sistemas Socio-organizacionais das Actividades Económicas e Pós-Graduado em Sociologia Económica pelo ISEG da Universidade Técnica de Lisboa. Licenciatura em Sociologia pelo ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Pós-Doutoramento em Estudos Culturais Comparados no CES-Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professor da Universidade do Estado da Bahia no Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Sócio-Ambiental e coordenador do Grupo de Pesquisa em Socio-Economia do Desenvolvimento Sustentável. Membro do Comitê Científico da Revista Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação. Texto escrito em Paris no ano de 2004 e revisto em 2016.

ilustração da personalidade dos seus protagonistas. A biografia torna-se um instrumento explicativo de grande intensidade pela forma como foi tratada e as ilustrações que apresenta.

Os autores marcam os sistemas de poder e identificam os seus agentes, personificando quem aí está envolvido como ilustra uma passagem relativa ao período anterior à morte do presidente Samora Machel. “...o presidente era cada vez mais uma figura solitária. Anos mais tarde Cardoso recordou uma ocasião quando Machel o chamou e ao Alves Gomes ao palácio. Os pormenores desvaneceram-se no tempo, mas Cardoso recordou duas frases espantosas usadas pelo presidente. Disse aos jornalistas: Não tenho estratégia e estou perdido. Mais tarde Cardoso chegaria á conclusão que esta conversa era mais uma indicação de que por detrás da encenação de unidade da direcção da Frelimo, Samora Machel estava quase completamente isolado no topo” (Fauvet et all, 1997: 212). Estes aspectos correram entre a boca e a memória de quem privou com Samora Machel nos últimos anos e que ainda não foram tratados com a atenção que merecem, pelos investigadores que se dedicam aos estudos moçambicanos. As vitórias e os

fracassos fazem parte dum património que se deve valorizar, porque os político-militares tem responsabilidades insondáveis como sublinha uma outra passagem do livro não menos importante: “...havia militares que queriam tentar uma cartada contra a Renamo em 1993, Cardoso escreveu sobre isso. No ano 2000, Dirk Solomons Director Executivo da Unomoz divulgou que havia militares a tentar um golpe (...) alguns oficiais que se tinham apropriado duma grande fatia do orçamento militar viam o sucesso do acordo de paz como um abalo nas oportunidades de corrupção. Ao tomar conhecimento do plano a embaixada dos EUA informou que qualquer golpe teria como resultado a suspensão imediata da ajuda externa (Fauvet et all, 1997: 321). Por esses motivos, Afonso Dhlakama, mesmo depois do Acordo Geral de Paz de 1992, assinado em Roma, receava chegar a Maputo. Demorou tanto tempo em Maringué que o representante das Nações Unidas, Ajjell teve de o convencer que zelaria pela sua segurança. As condições não eram favoráveis para o regresso do guerrilheiro Afonso Dhlakama, a que se avolumava a preocupação com as actividades da PIR- Policia de Intervenção Rápida pró-Frelimo que estava lá para o que fosse preciso.

Nas escolas secundárias, a maioria dos pais tem custos paralelos em subornos com os funcionários para efectuar a matrícula, com os professores para passar nos exames ou em explicações suplementares (*Fauvet et all, 1997: 323*). O roubo a extorsão e o suborno faz parte do dia a dia. Gente bem colocada usurpou terras na periferia de Maputo que pertenceram à UGC – União Geral de Cooperativas . Mas o que é isso comparado com os “*bancos de sangue*”, uma expressão importante para designar os resultados da venda dos bancos comerciais. O administrador José Luís Félix do Banco Millennium de Moçambique foi o primeiro a ser assassinado.

O Banco Popular de Desenvolvimento Austral, que foi vendido a um consórcio malaio-moçambicano tinha como Presidente do Conselho de Administração o ex-ministro da Industria Octávio Muthemba. A ligação de Nyimpine Chissano, filho do presidente da República de Moçambique Joaquim Chissano com o Banco Austral só veio a lume dois anos depois do assassinato de Cardoso. O jornal Savana divulgou que Nyimpine (um dos suspeitos de envolvimento no assassinato de Carlos Cardoso) recebia 3000 dólares por mês

pelas funções de consultor, contudo os funcionários do Banco Austral afirmam que ele não aparecia nas instalações bancárias. As quebras no Banco Austral atingiram 10 milhões de dólares americanos. Quando o economista Siba-Siba foi chamado a intervir o zeloso auditor pagou com a vida a honestidade que estava a aplicar nas suas funções.

O Banco Comercial de Moçambique foi comprado pelo e Banco Mello de Portugal, onde o seu accionista e industrial António Simões tinha contraído empréstimos no montante de 17 milhões de dólares entre 1992-1994. Com a venda ao Banco Mello, António Simões vendeu a sua cota aos Mellos, todavia, antes da privatização o banco foi alvo de uma fraude de 14 milhões de dólares envolvendo Vicente Rayama e os irmãos Satar. O advogado Albano Silva que representava os interesses do banco, durante o decorrer do processo judicial, foi alvo de uma tentativa de assassinato, confirmada pela polícia, apesar de ser casado com a Vice - ministra das Finanças da altura (mais tarde veio a ser primeira ministra).

A 4 de Outubro a assembleia de accionista do Banco revelou perdas de 127 milhões de dólares e o Estado emitiu uma divida interna para pagar 80 % do capital

mal parado do Banco de Moçambique, canalizado pelo Banco Comercial de Moçambique.

As cumplicidades e a teia de interesses em jogo levou a uma situação dominada por fortes desconfianças sobre o antigo Procurador Geral da República Sinai Nhatitima a António Namburete (*Fauvet et all, 1997: 415*). Curiosamente, quando o Ministro das polícias Manuel António foi substituído em 1996, depois de uma forte pressão da opinião pública, a criminalidade baixou automática e significativamente (*id, ibidem : 416*).

Efectivamente o “*deixa andar*”, fórmula seguida pelas forças no poder político e jurídico lideradas pelo presidente Joaquim Chissano, tudo fizeram para impedir que as investigações chegassem ao ponto de identificação dos responsáveis. Um inquérito conduzido por Luís Sacramento Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, depois da morte de Carlos Cardoso, veio a demonstrar que o advogado Albano Silva e Eneias Comiche tinham razão sobre a desorganização do processo judicial.

Foi uma acção deliberada para dificultar a acção da justiça. A responsabilidade desta situação é atribuída a Diamantino Santos, a Rui Suene procurador chefe da cidade, a João

Júlio Mutisse, ao procurador geral adjunto Manuel Duarte, assim como aos inspectores da PIC-Polícia de Investigação Criminal (*id, ibidem : 426*). Muitos destes factos fazem parte dos interesses que levaram à decisão de assassinato de Carlos Cardoso, que tinha em seu poder informações privilegiadas sobre a criminalidade no seio das elites político-empresariais de Moçambique.

No lançamento do livro em Lisboa, onde estive presente, os jornalistas portugueses primaram pela ausência, mesmo os muitos moçambicanos que pululam em festanças e beberetes pelos corredores da diplomacia luso-afro-brasileira da capital portuguesa não apareceram. Até os cientistas sociais que se dizem interessar em Moçambique, e que sempre que tem oportunidade botam *faladura* para os média, contavam-se pelos dedos.

2. Pitcher, M. Anne. Transforming Mozambique (The politics of privatization, 1975-2000, Cambridge, 2002, pp. 287)

É um bom trabalho que merecia um maior aprofundamento empírico para melhor fundamentar o que a autora percebeu. Assim acabou por escrever de ouvido. A ausência de fontes materiais

primárias impediu a melhoria das ligações entre os grupos de interesse e as ramificações desses grupos, indispensáveis para entender a circulação de poderes no interior do regime da força hegemónica na governação moçambicana. As forças com capacidade de decisão não foram abordadas, acabando por tornar frágil a construção actualista da narrativa do livro. No enquadramento da obra, que segue uma estrutura singular, vinca a moda de atacar o samorismo (designação para os fundamentos e práticas do presidente Samora Machel) sem questionar o estilo e tipologia da governação desse período. Esta constatação leva-nos a colocar como hipótese: A revolução moçambicana foi uma situação histórica tão má que é historicamente indefensável ?

A esse nível a crítica ao samorismo é demasiadamente endógena e esquece a envolvente regional africana. Contudo, a *Operação Produção* (1979) definida no III Congresso da Frelimo-Frente de Libertação de Moçambique, tenha sido imposta à população de forma autocrática. Em vez de regularizar a estrutura socio-económica moçambicana, reproduziu efeitos perversos que fizeram expandir os negócios clandestinos, a corrupção desenfreada na administração

pública, o abuso de poder, a mobilidade dos bandidos.

A autora, ao abordar as questões da agricultura distingue as tendências mas não identifica os autores das correntes de pensamento político que orientam as políticas governamentais, onde se digladiam o populismo agrário, o reformismo do sector público, o neo-liberalismo aberto e o small-chines alternativo (*Pitcher, 2002:116-118*).

É uma pena não atribuir rostos aos seus fazedores e decisores destas matérias. E porque não o fez ? Por receio de retaliações ou está ligado a outras matérias ligadas à natureza da pesquisa ?

Os pesquisadores ocidentais sempre tem sido cúmplices das forças políticas governamentais, pelo que se limitam e contraem as suas análises a partir de determinados pontos, evitando dar rostos aos protagonistas. Quanto a outras citações, sublinho que Aranda Silva não é o único dirigente a falar em comunismo em pleno PRE-Programa de Reestruturação Económico (*Pitcher, 2002:120*) . havia muitos outros mas que estavam silenciados e em nome da unidade nacional e da Frelimo aceitaram a sua neutralização.

O conceito de privatização sistémica aplica-se adequadamente à natureza do

capitalismo moçambicano e aos mecanismos utilizados na formação do capital privado interno. A Frelimo-Frente de Libertação de Moçambique reestruturou a autoridade e reinventou-se para assegurar o seu poder (Pitcher, 2002:145). Essa actuação fez parte da condicionalidade internacional e da satisfação dos princípios de boa governação impostos pela comunidade internacional de credores e doadores. Contudo, no decorrer do processo e à medida que os grupos de tendências políticas se transferiram para a componente económica e financeira, os conflitos foram aumentando. A análise ao percurso do ex-Primeiro ministro Pascoal Mocumbi é notório e revelador dessa situação. Embora haja outros governantes onde esse processo se tenha tornado mais acentuado, o plano económico de Pascoal Mocumbi tornou-se num conflito que apesar de partidariamente camuflado, iria resultar da sua saída do governo, ainda que tivesse o apoio das associações empresariais.

Apesar desses acidentes, as privatizações mostraram quais os objectivos que estavam a servir a componente administrativa e operativa. Tanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) como o Banco Mundial (BM) ignoraram as ambições dos dirigentes da Frelimo e a técnica de dominação que aplicam na sua governação, pelo que não é de admirar como os governantes moçambicanos lhes

“passaram a perna”. As forças governamentais e sociais associaram-se e transformaram as instituições e a ideologia, para assegurar a manutenção do poder económico.

A Renamo ficou a ver navios e o refrescar do tecido empresarial que se suponha acontecer não aconteceu, graças cumplicidade dos lobbies históricos (Grupo Lohro, JFS-João Ferreira dos Santos, Entrepasto Comercial) e os governantes da Frelimo. Neste quadro, a classificação de capital interno mistura várias componentes. Assim temos no 1º grupo as velhas empresas portuguesas como Entrepasto Comercial e os noruegueses do Grupo Madal ; no 2º grupo os empresários gregos; no 3º grupo a Gani Comercial . Porém os novos capitalistas não são um corpo homogéneo, tem fortes disputas entre si e conflitos com as populações camponesas. A Mozal ou o grupo de James Blanchar III são acusados açabarcar terras sem respeitar os outros parceiros.

No livro, as privatizações estão muito bem analisadas enquanto transferência de proprietário e controlo do capital, assim como o processo que dinamiza a criação do mercado. As empresas estratégicas foram privatizadas através de joint-ventures e a parceria entre o governo e os privados foram consideradas pelo FMI/BM como as de maior sucesso em África. Contudo, a tipologia do programa de

privatizações do FMI encerrava um conjunto de mecanismos sistémicos que esqueceu as motivações políticas. O FMI/BM não entendeu que o processo de privatizações não se tratou de um mero exercício técnico mas de um fenómeno político de grande intensidade. É um processo que ultrapassa as construções teóricas empreendedoras, as teorias de mercado da máxima utilidade ou das escolhas racionais. Entra no campo politico-militar dos grupos de interesse em confronto interno e nas linhas de confronto e proximidade das alianças externas. As críticas às imposições do FMI esquecem a capacidade das elites moçambicanas no poder, ou sub-valorizaram a estratégia moçambicana de preservação do seu poder de domínio. Esta segunda possibilidade sempre tem sido um erro dos analistas euro-americanos. Seria interessante a leitura do artigo de Eneias Comiche publicado na revista “O Economista” de Moçambique, nº 2- Agosto de 2002 pp 9-45. A leitura do artigo informa e sugere algumas pistas da forma de tratamento e relacionamento ocorridas no processo de privatizações. É importante analisar em que forças sociais as elites do poder se apoiaram para responder às diferentes pressões e expectativas da comunidade internacional e da sociedade moçambicana. A anulação dos movimentos sociais através do controlo das ODM-Organizações Democráticas de

Massas, afetas à Frelimo e a insistência com o fantasmas da guerra, foi a técnica de camuflagem interna. Enquanto tal, os quadros superiores do regime hegemónico da Frelimo, atraíram novas parcerias e cumplicidades para justificarem a chamada “privatização sistémica”. Para isso foi preciso analisar com eficácia os mecanismos e protagonistas do FMI estabelecer alianças com os sectores neo-liberais, para assim os conseguir enganar.

Os actores internos são sempre os beneficiários apoiados pelos técnicos superiores. Os contínuos descontentamentos no processo de privatização teve por efeito facilitar a “*transformação preservativa*”. A selecção para ser empresário era cansativa e onerosa o que facilitava a forma de seleccionar o acesso ao grupo restrito da elite politico-empresarial. Os custos para a formação de empresas eram elevados, morosos e a legislação restritiva, como foi apresentado durante o 3ª Conferencia do Sector Privado em Moçambique. Por outro lado, o crédito para as Pme’s falhou por incumprimento de promessas e restrição premeditada de membros dos grupos empresariais.

Os novos capitalistas estão ligados ao aparelho governativo e disso é dado nota na imprensa através dos dirigentes políticos da oposição. “*O presidente está comprometido com os indianos*” diz Wheia Ripua do Pademo-Partido Democrático de

Moçambique (*Savana, 2 de Junho de 1995*), ou mesmo do comentário dos articulistas “*A indianização ameaça a unidade do islão (Savana 30 de Junho de 1995)*”. Não podemos deixar de observar que muitas destas críticas apareçam carregados de preconceitos racistas etnicistas e xenófobos. Enquanto isso, e de forma aleatória, os alguns dos governantes mais conhecidos formaram:

- Armando Guebuza o holding MG – Moçambique Gestores e a Ngiyana; Jacinto Veloso a JV-Consultores; os antigos comandantes do Estado Maior das Forças Armadas de Moçambique todos têm empresas; General Américo Mpfumo tem uma financiadora de investimentos e parte da Clínica Azul; José Luís Cabaço é sócio da Shoprite; Eneas Comiche é sócio de varias empresas incluindo uma fábrica de bicicletas, Mário Machungo é Presidente do Conselho de Administração do BIM- Banco Internacional de Moçambique; Graça Machel e investidora em vários consórcios.

Podemos dizer que são excepção Sérgio Vieira, Jorge Rebelo e Júlio Carrilho todos ex-dirigentes da Frelimo.

Ao mesmo tempo os empresários são os líderes das principais associações da sociedade civil com largas conexões políticas à Frelimo, e como muito bem é referido no livro, são importantes as ligações entre clubs de desporto e oficiais dos serviços de inteligência, com vista a

recolher informações e controlar a vida dos cidadãos.

Os investidores estrangeiros são grandes empresários associados das elites moçambicanas e estão nas áreas de maior retorno de capital. A divisão entre grandes firmas estrangeiras e Pme’s nacionais é falsa, mesmo sendo difícil identificar a classe empresarial doméstica em Moçambique. Há uma grande diversidade de grupos e alianças entre sectores de interesses para tirar benefícios comuns (*Pitchard 2001,167*). É o caso das empresas DIMAC-Distribuidora de Materias de Construção, da CIMPOR-Cimentos de Moçambique, da ENACOMO-Empresa Nacional de Comércio ou da Companhia Comercial Has Nur entre outras (*Pitchard, 2001: 168*). Neste processo, apenas o regresso de portugueses vindos da África do Sul tem levantado tensões raciais junto de alguns interesses que os acusam de reapropriação.

No livro são apresentados três tipos de empresas do Estado :

- As empresas públicas onde, entre as 100 maiores empresas em Moçambique, estão a TDM, Electricidade Moçambique e Caminhos de Ferro de Moçambique;
- As empresas com participação do Estado envolvendo proeminentes investidores, como a LAM-Linhas Aéreas de Moçambique, investidora no sul africano

Hotel Polana e na Rovuma - Sociedade de Terminais de Moçambique;

- As joint-ventures que envolvem as empresas estatais e os investidores nacionais beneficiados com capital de investimento. Esta fórmula para as joint-ventures tem impacto na receitas o que era apoiado pelos liberais. Neste conjunto misturado encontramos o Gabinete de Gestão e Participações do Estado que participa com 49% na Cimentos de Moçambique em parceria com a Cimentos de Portugal e a Companhia Industrial da Matola (*Pitcher, 2002: 174*).

O ano de 1998 vai marcar o início de grandes projectos industriais com a empresa produtora de alumínios Mozal. O investimento desta multinacional torna-se uma referência da ligação cada vez maior entre o capital nacional em formação e o capital internacional, que resulta da assimilação e reprodução transnacional das elites.

No sector agrícola, as tradicionais disputas são exemplificadas com a venda de partes da Emochá, a empresa estatal de chá na Zambézia. Também sublinha uma parte muito descurada na história de Moçambique, o facto da Renamo também ter privatizado terra em 1990 ainda durante a guerra civil que durou 16 anos, nos territórios que tinha ocupado (*Pitchard, 2001: 211*) numa reposição de princípios mercantilistas.

O acesso à terra gerou conflito entre nacionais e estrangeiros, entre Estado e privados, tendo havido a intervenção das ong's a defender os camponeses perante a apatia dos sindicatos. Enquanto isso avançaram as joints-ventures na agricultura sobretudo nos campos com aptidão para a produção de algodão. A regulamentação dos poderes os parceiros ideais e renegociação da legitimidade foi clara na área do algodão com a LOMACO - Companhia Agro-Industrial Lonrho Moçambique e a guerra do algodão que envolveu a Sociedade Algodoeira, SODAN. As antigas companhias Has Nur e ENACOMO-Empresa Nacional de Comércio foram vendidas a nacionais, e mais uma vez verificamos o envolvimento da esposa do ministro da agricultura nesta operação financeira. É pena não ter abordado o importante setor do caju. (*Pitcher, 2001: 225*).

Paralelamente os empresários paraquedistas contribuíram para a recolonização económica, ressuscitando os interesses capitalistas que permaneceram em Moçambique depois da Revolução Samorista (*Pitchard, 2001: 234*). Como nota final, deve sublinhar o importante tratamento que efectua às novas simbologias do poder e que abrem caminho para estudos de representação de imagens e consumo em Moçambique.